

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO.
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE CONTABILIDADE**

**EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES ADOTADOS
NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS
NA BM&FBOVESPA.**

**FRANCISCO FABIO GIRAO CASTRO JUNIOR
ORIENTADOR: PROF. CARLOS ADRIANO SANTOS GOMES**

FORTALEZA/CE

2013

EVIDENCIAÇÃO DE PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES ADOTADOS NAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA LISTADAS NA BM&FBOVESPA.

Francisco Fábio Girão Castro Júnior

Carlos Adriano Santos Gomes

RESUMO

Diante da adoção dos padrões internacionais de contabilidade e o impacto do processo de convergência das normas nas empresas brasileiras, sobretudo nas sociedades de capital aberto e equiparadas, têm se observado um crescimento das pesquisas que tratam sobre as temáticas contábeis que foram afetadas com as mudanças, tais como as provisões e contingências passivas. Nesse sentido, o presente estudo investiga quais os elementos de evidênciação mais comuns de provisões e passivos contingentes nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos exercícios de 2009 a 2011? Tendo em vista, a importância do setor como campo empresarial estratégico para o crescimento econômico do país. Como objetivos específicos analisados: (i) identificar as empresas com melhor nível de evidênciação; (ii) observar se existem diferenças de evidênciação entre grupos de empresas, segundo o nível de exigência de práticas de Governança Corporativa classificadas pela BM&FBOVESPA. A seleção dos sujeitos de pesquisa abrangeu as companhias do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA conforme os níveis de governança corporativa – Novo Mercado, N1 e N2. Desta forma, foram selecionadas 07 empresas classificadas no Novo Mercado, 07 para N1, e por fim 04 empresas para N2, totalizando uma amostra de 18 companhias estudadas. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. Os resultados da pesquisa apontam que o item de divulgação de maior ocorrência nos três grupos estudados, para a classe de provisão foi o que trata da breve descrição da natureza da obrigação destas, sendo evidenciado, em média, por 95% das empresas composta pelo Novo Mercado, em 100% pelas empresas que compõem o Nível I e Nível II. Para a classe de passivo contingente foi observado que o item que se refere à divulgação da estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa obteve evidênciação, em média, de 85% considerando os três exercícios, das empresas composta pelo Novo Mercado, por sua vez, não foram identificadas quaisquer elementos de evidênciação de Ativos Contingentes.

Palavras-chave: Provisões. Passivos Contingentes.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, tem-se verificado edições e publicações de normas contábeis com o objetivo de direcionar e harmonizar o modo como as empresas, sobretudo as de capital aberto e equiparadas, devem preparar e divulgar suas demonstrações financeiras, em virtude do aumento dos níveis de interdependência e competitividade entre as organizações, consequência da globalização.

O *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável pela elaboração das *International Financial Reporting Standard* – IFRS, torna-se referência para a contabilidade em várias partes do mundo. No Brasil, adequação ao modelo internacional

ganhou força com a publicação da Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e mais tarde com a aprovação da Lei nº. 11.941/09, em consonância com a adoção de pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Objeto de interesse desse estudo, o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes tem como objetivo estabelecer critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas para esses grupos, corroborando com uma divulgação adequada em notas explicativas, assim como, permitindo que seus usuários entendam sua natureza, oportunidade e valor (CPC, 2012).

Tais critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação desses grupos de contas são apresentados em diversas empresas. Em se tratando das listadas na BM&FBOVESPA pode-se destacar as empresas pertencentes ao setor elétrico, dentre outros fatores, pelo fato de que as interrupções no fornecimento de energia, e os consequentes danos causados por esse fato contribuem para o aumento de questões judiciais recorrentes no setor. Vale ressaltar que a atividade de geração e distribuição de energia é considerada como um campo estratégico para o crescimento econômico do país, uma vez que o setor produtivo depende de energia para o seu funcionamento.

Por conta da sua topografia e outros fatores inerentes ao desenvolvimento da atividade hidroelétrica, o Brasil possui condições favoráveis para a geração de energia renovável, e é considerado por muitos estudiosos como um dos principais geradores em potencial do planeta (ANEEL, 2002). De acordo com dados do último Balanço Energético Nacional 2012, ano base 2011, o setor elétrico representa 81,7% da matriz energética do país, sendo assim, a geração de energia e os investimentos em manutenção e ampliação dessa matriz energética, caracteriza-se como um dos principais sustentáculos para o crescimento e desenvolvimento da economia da nação.

Dada a relevância do setor e a necessidade de que estas empresas evidenciem de modo adequado os efeitos provocados pela ocorrência de provisões bem como ativos e passivos contingentes, essa pesquisa procura responder ao seguinte questionamento: Quais os elementos de evidenciação mais comuns de provisões e passivos contingentes nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos exercícios de 2009 a 2011?

A pesquisa tem como objetivo geral investigar em que medida as empresas brasileiras do setor de energia elétrica evidenciaram entre os anos de 2009 a 2011, informações a respeito das provisões e passivos contingentes, em conformidade com o que preceitua o CPC 25. De modo específico procurou também: (i) identificar as empresas com melhor nível de evidenciação; (ii) observar se existem diferenças de evidenciação entre grupos de empresas, segundo o nível de exigência de práticas de Governança Corporativa classificadas pela BM&FBOVESPA.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, bibliográfica e documental.

A seleção dos sujeitos de pesquisa abrangeu as companhias do setor elétrico listadas na BM&FBOVESPA conforme os níveis de governança corporativa – Novo Mercado, N1 e N2. Desta forma, foram selecionadas 07 empresas classificadas no Novo Mercado, 07 para N1, e por fim 04 empresas para N2, totalizando uma amostra de 18 companhias estudadas.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções sendo esta primeira introdução, seguida do referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise dos resultados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Estudos Anteriores sobre o Tema

Ao se consultar a literatura sobre a temática das provisões e contingências ativas e passivas encontram-se alguns estudos, dentre os quais aqueles mencionados em sequência.

Ribeiro (2012), baseado em uma amostra de 326 empresas listadas na BM&FBOVESPA, no período de 2006 a 2010, observou que houve melhora em suas evidenciações de forma qualitativa, já que foram publicados quadros que permitem realizar uma análise dinâmica de provisões, de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos na norma; Caetano *et al.* (2010), analisam empresas no segmento de Papel e Celulose listada na BM&FBOVESPA, entre o período de 2005 a 2008, apontaram que o nível de divulgação do passivo contingente em notas explicativas foi significativo, mas insuficiente para atender as exigências impostas pelas normas contábeis brasileiras. Além disso, pode-se concluir que os passivos contingentes mais encontrados foram de natureza trabalhista e tributária (CAETANO *et al.*, 2010).

Oliveira *et al.* (2010), em outro estudo realizado sobre o *disclosure* obrigatório das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes, no final do exercício de 2009 e no primeiro trimestre de 2010, em empresas listadas na BM&FBOVESPA, afirmaram que não houve diferença entre os dois períodos analisados pois, as empresas mantiveram o mesmo padrão de evidenciação das provisões. Com isso, segundo os autores, a adoção do CPC 25 não gerou impactos significativos nas Companhias pesquisadas, tendo em vista que esses procedimentos nele contido já eram utilizados anteriormente nas empresas.

2.2 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Em sentido amplo o CPC 25 (2012, p.6) relata que “todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor.” Entretanto, o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos, devido a sua existência depender da confirmação ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade (CPC, 2012).

Ao longo dos anos o termo provisão foi utilizado no Brasil de forma equivocada em se tratando de ativos. Desde a Deliberação nº 489/05, este termo trata apenas de passivos com prazos e valores incertos. Já para as contas retificadoras do ativo, essa nomenclatura não possui utilização adequada, pois com a Deliberação da CVM nº 594/09 estabelece que a definição correta seja o termo “perdas estimadas”, com essa postura adotada tende-se dirimir o emprego inadequado, assim como também, estar em consonância com o IASB. Além disso, merece destaque fazer a diferenciação entre provisões propriamente ditas das “provisões derivadas de apropriações por competência” (*accruals*), caracterizadas de passivos genuínos, por não apresentarem características de provisões, quanto a não existência de grau de incerteza relevante, com isso pode-se utilizar como exemplo as férias e 13º salários, que deverão ser contabilizados como “férias a pagar” e “13º salários a pagar” (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Iudícibus *et al.* (2010, p. 336) afirmam que:

A diferença entre provisões e passivos contingente fica bem clara no caso de responsabilidade conjunta e solidária, onde a parte da obrigação que se espera seja liquidada por terceiros é tratada como passivo contingente, sendo reconhecida a provisão apenas para a parte que cabe à entidade liquidar a não ser que haja evidência de os terceiros não responderão por sua parcela.

O CPC 25 afirma que só será realizado o reconhecimento de uma provisão caso ocorra as seguintes condições: (a) obrigação legal ou não formal presente fruto de eventos passados;

(b) provável saída de recursos para liquidar uma obrigação; (c) estimativa confiável da obrigação (CPC, 2012).

Entretanto, vale ressaltar que em casos raros ocorre dificuldade em determinar se existe ou não uma obrigação presente, nessas ocasiões, deve-se levar em conta todas as evidências disponíveis, e observar se tal obrigação está tendenciando mais para sim do que para não (CPC, 2012).

Nas empresas, a possibilidade ou não de ocorrer desembolsos irá depender de documentação interna existente e no caso de contencioso tributário, terá como base os laudos emitidos pelos advogados apurando valores, prazos e possibilidades de ocorrência desses eventos (RIBEIRO, 2012).

De acordo com o critério da probabilidade da ocorrência de saída de recursos, os passivos são caracterizados como (i) de obrigação provável; (ii) possível; (iii) remota. No primeiro item observam-se duas situações distintas, caso seja mensurável por estimativa confiável deve-se reconhecer e divulgar em notas explicativas, porém não sendo possível mensurar deve-se apenas divulgar em notas explicativas. Caso a probabilidade de saída de recurso seja possível divulga-se em notas explicativas, e por último caso seja considerada remota não é feita a divulgação. Já os ativos possuem as seguintes características: (1) quando praticamente certa, o ativo não é considerado contingente e será reconhecido; (2) provável, mas não praticamente certa, não reconhece o ativo, porém é divulgado em notas explicativas; (3) não provável, não reconhece o ativo e tão pouco haverá divulgação (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 337).

Dessa forma as provisões serão reconhecidas como passivos, pois se trata de obrigações presentes cujo desembolso de recursos se fará necessário para sua liquidação. Já os passivos contingentes não serão reconhecidos, tendo em vista sua característica de obrigação possível, no qual seu desembolso é considerado provável, trazendo-o para um cenário de incerteza (ERNEST & YOUNG, 2010, p. 358).

O CPC 25 relata que na situação em que a existência do passivo for somente possível, mas a saída dos recursos necessários à sua liquidação seja provável ou possível, neste caso este passivo deve ser divulgado em notas explicativas (CPC, 2012).

Hendriksen e Breda (1999, p. 288) conceituam passivos contingentes como:

[...] um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos, resultante de obrigações presentes de uma entidade no sentido de transferir ativos ou prestar serviços a outras entidades no futuro, em consequência de transações ou eventos passados, e cuja liquidação depende de um ou mais benefícios futuros [...].

A evidenciação do passivo contingente nos demonstrativos contábeis e nas notas explicativas permite que os diversos usuários da informação contábil utilizem esses dados, embasados em sólidos princípios para a tomada de decisão (CAETANO *et al.*, 2010)

Com base no CPC 25 os passivos contingentes podem se desenvolver inicialmente de maneira não esperada, por essa razão sua avaliação deve ser feita periodicamente com o intuito de identificar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Caso isso aconteça será exigido que esse item previamente tratado como passivo contingente, deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis como provisão, considerando o período em que ocorreu a mudança na estimativa da probabilidade (CPC, 2012).

De forma geral, quanto à probabilidade da saída de recursos pode-se identificar as obrigações como provável quando se tratar de provisões, possível quando tratar de um passivo

contingente divulgado, e de remota quando tratar de um passivo contingente não divulgado (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

2.3 Evidenciação Contábil

Evidenciação contábil ou *disclosure* trata-se de uma das etapas do processo contábil, tendo como premissa a demonstração ordenada das transações e eventos ocorridos no patrimônio das organizações, identificando sua composição, variação e o desenvolvimento patrimonial da entidade (LOPES; MARTINS, 2007).

A evidenciação contábil permite a redução do grau de incerteza e da assimetria informacional, possibilitando ao usuário da contabilidade bases mais sólida para a tomada de decisões (OLIVEIRA *et al.*, 2010). Para efeito do presente estudo, as palavras evidenciação, *disclosure* e divulgação serão tratadas como sinônimas, e que significam tornar algo evidente e público, no que se refere as informações contábeis.

Hendriksen e Breda (1999, p. 512) abordam que “divulgação simplesmente quer dizer veiculação de informação”. Por sua vez, o termo *evidenciação* para Aquino e Santana (1992, p. 1) diz respeito a: “divulgação com clareza, divulgação em que se compreende de imediato o que está sendo comunicado”. Entretanto, a simples definição da palavra não é capaz de dar a devida dimensão do seu significado para a contabilidade.

Para Niyama e Gomes (1996, p. 65) a definição de *disclosure* é dada de forma mais abrangente:

Disclosure [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

A evidenciação poderá assumir características de um princípio contábil, de prática desejável, e por vezes, de caráter de procedimento essencial (GODOY; COSTA, 2007).

Iudícibus (2004, p. 123) [...] destaca que “[...] o *disclosure* está ligado aos objetivos da contabilidade, ao garantir as informações diferenciadas para os vários tipos de usuários.” Segundo o mesmo autor seria pouco provável esperar que boas decisões de investimentos partissem da interpretação de leitores apenas com vagas noções de contabilidade e negócios. Contudo, os demonstrativos contábeis devem ser preparados para indivíduos ou grupos de indivíduos com conhecimento em normas e procedimentos contábeis, com a finalidade de possibilitar uma maior interpretação e tradução do seu conteúdo (IUDÍCIBUS, 2004).

Essas diferenças no entendimento dos diversos grupos de indivíduos possibilitou o surgimento de um usuário-padrão, que tem como característica ser um leitor bem informado, e capaz de realizar escolhas e decisões adequadas, além de possuir real interesse nos relatórios gerados pela contabilidade. Entretanto a definição desses, não eximiria todas as dúvidas quanto à destinação da informação contábil, tendo em vista que cada grupo de indivíduos pode ter interesses distintos determinados por fatores como: legislação, aspectos culturais, perfil de usuários (DANTAS *et al.*, 2005).

Hendriksen e Breda (1999, p. 511) concluem que, “para que se consiga uma divulgação apropriada, é preciso responder três perguntas fundamentais: a) A quem se destina? b) Qual sua finalidade? c) Qual volume a ser divulgado?”. A resposta desses questionamentos poderá ser gerada através da análise prévia de quem será o usuário principal da informação contábil, assim como o seu modelo decisório (FARIAS, 2004).

Com relação ao volume de informações a serem divulgadas em demonstrativos financeiros e contábeis alguns autores (IUDÍCIBUS, 2010); (GODOY; COSTA, 2007); (MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006) classificam a evidenciação em três tipos: adequada, justa e plena (*adequate disclosure, fair disclosure e full*). Tal classificação permite perceber que o sentido da evidenciação é tornar os demonstrativos contábeis significativas e possíveis de serem entendidos em sua plenitude.

A quantidade de informação a ser divulgada está relacionada diretamente aos fatores de sofisticação do leitor a que ela se destina, o padrão de evidenciação mais adequado a ser utilizado, além da sua complexidade e diversidade das operações realizadas, com isso, observa-se que os conceitos de materialidade e relevância estão intrinsecamente relacionados a área de evidenciação, definindo os limites e abrangência do que deverá ser evidenciado (DANTAS *et al.*, 2005).

Quanto à finalidade da informação, nos últimos anos mais empresas têm entrado no mercado de ações, sendo assim, suas demonstrações tendem a tornar-se cada vez mais complexas, devido à própria exigência do mercado e ao aumento dos níveis de transparência, já que, para os investidores, a análise de um maior número de informações quantitativas e qualitativas impacta na sua tomada de decisão. Nesse contexto, as notas explicativas, que compõem as demonstrações financeiras tornam-se cada vez mais utilizadas como fonte de informação para tomada de decisões e elaboração de estudos e análises.

3. METODOLOGIA

Esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa. As pesquisas descritivas têm como objetivo central a descrição de características de determinada população ou fenômeno, assim como também, de possível relacionamento entre essas variáveis (GIL, 2002). Nesse sentido a presente pesquisa investiga a evidenciação das principais ocorrências de provisões e contingências ativas e passivas nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica.

Quanto à abordagem o estudo caracteriza-se como qualitativo, pois possui como características a familiaridade do pesquisador com o objeto de estudo, levando mais em consideração o processo do que o seu produto final, assim como se observa uma maior riqueza em dados descritivos (ARAÚJO; OLIVEIRA, 1997).

Os procedimentos adotados no estudo foram a pesquisa bibliográfica baseada na consulta à literatura pertinente à temática investigada por meio de acesso a livros, artigos, periódicos e materiais coletados na internet e a pesquisa documental que, segundo Gil (2002, p. 45), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Sendo assim, optou-se por utilizar as demonstrações contábeis e notas explicativas das empresas brasileiras do setor de energia elétrica listada na BM&FBOVESPA nos seguintes exercícios 2009, 2010 e 2011.

Os dados foram coletados nos sítios das companhias e/ou no sítio da BM&FBOVESPA, no qual estão publicados os demonstrativos contábeis, assim como a análise de suas notas explicativas, e serão extraídas desses relatórios as informações quanto às ocorrências mais comuns e como estão sendo feitas as evidenciações das provisões, ativos e passivos contingentes dessas empresas. Desse modo, a pesquisa utiliza-se da documentação indireta por se tratar especificamente da fonte de coleta de informações ser restrita a documentos, escritos ou não, denominadas de fontes primárias, assim como pode-se citar documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares, contratos, publicações

administrativas, documentos particulares, cartas, contratos, diários e autobiografias (MARCONI, 2010).

Para responder à questão de pesquisa, observou-se que de um total de 65 empresas do setor de atuação de energia elétrica, foi considerada uma amostra de 18 companhias desse setor listadas conforme os seus níveis de governança corporativa – Novo Mercado, N1 e N2. A escolha por estas organizações teve como objetivo evitar possíveis omissões de informações e procedimentos contábeis, já que essas empresas possuem critérios mais rígidos de evidenciação. Desta forma, a seleção foi composta por 07 empresas classificadas no Novo Mercado, 07 para N1, e por fim 04 empresas para N2, totalizando uma amostra de 18 empresas estudadas.

Para que fosse possível a quantificação dos itens de divulgação orientados pelo CPC 25, adotou-se a estratégia de escores, no qual atribuiu-se o valor 1 (um) para as empresas que evidenciaram o item apontado no pronunciamento, 0 (zero) para as que não evidenciaram, e (2) para os itens não aplicáveis à empresa em análise.

Para identificar o nível de evidenciação percebido em cada item do CPC 25, optou-se por levantar a frequência de evidenciação, e dividiu-se pelo número de itens de divulgação exigidos pela norma, da seguinte forma: 12 (doze) itens referentes a classe de provisões, 08 (oito) itens referente a classe de passivos contingentes, e 08 (oito) itens relativos a classe de ativos contingentes. Contudo, como não foram observadas ocorrências nos itens da classe de ativos contingentes, optou-se por subtraí-los, restando assim 20 (vinte) itens de divulgação no total, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Itens de divulgação exigidos pelo CPC 25 abordados na pesquisa

Classe	Itens de Divulgação – CPC 25
Provisões	(1) Detalham cada classe de provisão por natureza?
	(2) Divulgam o valor contábil no início e no fim do período das provisões?
	(3) Evidenciam as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes?
	(4) Evidenciam os valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período?
	(5) Divulgam os valores não utilizados revertidos durante o período das provisões?
	(6) Divulgam o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto das provisões?
	(7) Fazem uma breve descrição da natureza da obrigação?
	(8) Fazem o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes das provisões?
	(9) Divulgam uma indicação das incertezas sobre o valor das saídas?
	(10) Divulgam o cronograma dessas saídas?
	(11) Sempre que necessário para fornecer informações adequadas, a entidade divulga as principais premissas adotadas em relação a eventos futuros sobre as provisões?
	(12) Divulgam o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado?
Passivos Contingentes	(13) Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço?
	(14) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa?
	(15) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza?
	(16) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o valor presente?
	(17) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o evento futuro?

	(18)Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a alienação esperada do ativo?
	(19)Evidenciam a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída?
	(20)Evidenciam a possibilidade de qualquer reembolso?

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nessa seção, os dados serão descritos e analisados de forma segmentada. Inicialmente observa-se o nível de evidenciação das empresas que compõem a amostra, e em seguida, o nível de evidenciação por elementos de divulgação.

4.1 Resultado por categoria Companhia Energética

A análise do nível de evidenciação por companhia no período estudado de 2009 a 2011 compreendeu a utilização de 20 (vinte) elementos de divulgação do CPC 25, dos quais 12 (doze) referem-se ao grupo de provisões, e 08 (oito) ao grupo de passivo contingente.

A Tabela 02 apresenta os resultados dos níveis de evidenciação das empresas, dispostos em frequência (F) e porcentagem (*f*), estabelecidas no Novo Mercado.

Tabela 2 – Itens de divulgação exigidos pelo CPC 25

Cia Energética	Novo Mercado					
	2009		2010		2011	
	F	<i>f</i>	F	<i>f</i>	F	<i>f</i>
CPFL Energia S.A	13	65,0%	12	60,0%	13	65,0%
ENERGIAS BR	12	60,0%	12	60,0%	12	60,0%
Equatorial Energia S.A	14	70,0%	15	75,0%	14	70,0%
Light S.A	15	75,0%	13	65,0%	12	60,0%
MPX Energia S.A	12	60,0%	10	50,0%	9	45,0%
Redentor Energia S.A	0	0,0%	0	0,0%	4	20,0%
Tractebel Energia S.A	11	55,0%	14	70,0%	10	50,0%
Média	12,83	64,15%	12,66	63,30%	10,57	52,85%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A análise dos dados revela que no exercício de 2009 a Light S.A obteve o maior índice de evidenciação do segmento, entretanto nos períodos que se seguem a empresa reduziu em 13,33% para 2010, e em 20% no ano de 2011, sendo ultrapassada pela Equatorial Energia S.A que apresentou nos três exercícios observados uma média de 71,66% no seu nível de evidenciação.

Com base nos dados, observa-se que no ano de 2009 as companhias Light S.A, Equatorial Energia S.A e CPFL Energia S.A obtiveram índices acima da média entre todas as empresas.

Em virtude de ter apresentado a menor média do índice de evidenciação, o exercício de 2011 apresentou o maior número de companhias situadas acima da média global, tal redução justifica-se, principalmente, pelos baixos índices alcançados pela companhia Redentor Energia S.A.

Com base na análise da Tabela 2, ressalta-se que a companhia energética Redentor Energia S.A não pontuou itens de divulgação nos anos de 2009 e 2010 por ter sido registrada como companhia aberta e listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, apenas no exercício de 2010. Além disso, destaca-se a MPX Energia S.A por ter apresentado um declínio em 25,00% do seu nível de evidenciação, se compararmos os exercícios de 2009 e 2011.

Na Tabela 3 pode-se observar o comportamento das empresas elencadas no segmento de mercado Nível I.

Tabela 3 – Itens de divulgação exigidos pelo CPC 25 – Nível I

Cia Energética	Nível I					
	2009		2010		2011	
	F	f	F	f	F	f
Centrais Eletr Bras S.A	12	60,0%	13	65,0%	12	60,0%
Cia Energética de São Paulo	13	65,0%	12	60,0%	10	50,0%
Cia Energética de Minas Gerais	10	50,0%	11	55,0%	10	50,0%
Cia Estadual de Distrib Ener Elet	11	55,0%	10	50,0%	11	55,0%
Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet	11	55,0%	9	45,0%	9	45,0%
Cia Paraense de Energia	11	55,0%	5	25,0%	6	30,0%
Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	8	40,0%	8	40,0%	8	40,0%
Média	10,85	54,25%	9,71	48,57	9,42	47,14%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Segundo os dados levantados, no exercício de 2009 a empresa Cia Energética de São Paulo obteve a pontuação mais alta, seguida pela companhia Centrais Eletr Bras S.A, Cia Estadual de Distrib Ener Elet, Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet, além da Cia Paraense de Energia, ficando essas empresas acima da média anual de evidencição. Para os exercícios de 2010 e 2011, a companhia Centrais Eletr Bras S.A apresentou o nível de evidencição mais elevado diante das demais empresas.

Entretanto, ao analisar todo o segmento de mercado, observa-se uma redução percentual de 10,50% de 2009 para 2010, e 2,96% de 2010 para 2011, no índice de evidencição das empresas listadas no Nível I.

Em se tratando dos menores índices de itens evidenciados, observa-se que a Cia Paraense de Energia que apresentou uma redução de 54,54% no seu nível de evidencição, entre os períodos de 2009 e 2010, colaborando para a diminuição da média anual de evidencição.

A Tabela 4 apresentam-se os resultados dos níveis de evidencição das empresas pertencentes ao Nível II.

Tabela 4 – Itens de divulgação exigidos pelo CPC 25 – Nível II.

Cia Energética	Nível II					
	2009		2010		2011	
	F	f	F	f	F	f
Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	6	30,0%	7	35,0%	8	40,0%
Renova Energia S.A	0	0,0%	2	10,0%	2	10,0%
Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A.	8	40,0%	9	45,0%	9	45,0%
Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	4	20,0%	5	25,0%	7	35,0%
Média	6	30,0%	5,8	28,75%	6,5	32,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Dentre as companhias que apresentaram maiores pontuações dos seus itens de divulgação para o segmento de Nível II destaca-se a Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A – ELETROPAULO que em 2009 posicionou-se com a de maior nível de evidencição, mantendo-se nos demais períodos. Por sua vez a Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A – TAESA posicionou-se como segunda colocada do segmento nos períodos estudados, além disso, observou-se uma crescente nos índices de evidencição da companhia.

Com relação aos menores índices de itens evidenciados ressalta-se o caso da Renova Energia S.A registrada como companhia aberta e listada no Nível II da BM&FBOVESPA no segundo semestre de 2010, obteve indicadores em 2011 bem abaixo da média de 32,50% das empresas do segmento.

Diante de uma análise comparativa entre os segmentos de mercado foi observado que apesar de possuírem níveis de governança corporativa diferentes, as empresas listadas no Novo Mercado e Nível I não apresentaram médias de percentual de evidenciação tão distintos uns dos outros. Em termos gerais essa diferença, entre as médias dos níveis de evidenciação do segmento de Nível I para o Novo Mercado foi da ordem de 18,20%, 11,75% e 12,11%, respectivamente, para os exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Ao realizar uma comparação entre as empresas listadas no Nível II com as empresas listadas no Novo Mercado, foi observado que a diferença entre as médias dos percentuais dos níveis de evidenciação ocorreram de forma mais representativa no exercício de 2009, uma vez que as empresas listadas no Novo Mercado realizaram a divulgação dos itens do CPC 25 o percentual de 113,83% a mais do que as empresas listadas no Nível II. Para os dois anos subsequentes a 2009, foram observados percentuais de 88,80% e 62,61%, respectivamente.

Na média geral no nível de evidenciação das empresas listadas no Novo Mercado nos três anos pesquisados foi de 12,02 itens de divulgação. Por sua vez, as empresas do Nível I obtiveram média de 9,99 e as do Nível II 6,1. Os resultados apontam que, quanto mais avançado o nível de governança, maiores serão os níveis de evidenciação para os itens de divulgação de Provisões e Passivos Contingentes.

4.2 Resultado por categoria *Itens de Divulgação do CPC 25*

4.2.1 *Classe de Provisão*

De acordo com as orientações do CPC 25 (2012) quando houver um passivo, cuja existência seja provável de ocorrer e seu valor mensurável, este passivo deverá ser provisionado. Na Tabela 4 apresentam-se os resultados dos itens de divulgação conforme seus percentuais de evidenciação.

Vale ressaltar que o grupo de empresas listadas no Novo Mercado, e Nível II no ano de 2009 foram, respectivamente, 6 (seis) e 3 (três) companhias no total. Isso se deve ao fato da Redentor Energia S.A e a Renova Energia S.A terem integrado na listagem da BM&F BOVESPA, somente no exercício de 2010, para os demais anos deve-se considerar 7 (sete) para o Novo Mercado e de (4) companhias para o Nível II.

Tabela 4 – Itens de divulgação exigidos pelo CPC 25 – Classe de Provisão

Item de Divulgação	Novo Mercado			NI			NII		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
(01)	100	85,7	100	100	100	100	100	75	75
(02)	100	85,7	100	100	100	100	100	100	75
(03)	100	85,7	100	85,7	71,4	85,7	33,3	50	75
(04)	100	85,7	85,7	100	71,4	71,4	33,3	25	50
(05)	100	85,7	42,8	85,7	85,7	100	33,3	50	50
(06)	83,3	71,4	85,7	71,4	57,1	42,8	0	0	25
(07)	100	85,7	100	100	100	100	100	100	100
(08)	50	28,5	28,5	14,2	0	14,2	0	0	0
(09)	83,3	28,5	28,5	57,1	14,2	42,8	0	0	0
(10)	16,6	14,2	0	0	0	14,2	0	0	0
(11)	50	0	57,1	85,7	0	57,1	0	0	0
(12)	66,6	42,8	71,4	57,1	42,8	14,2	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Diante da análise da Tabela 4, os quatro itens de divulgação que apresentaram maiores percentuais de evidenciação no segmento foram os seguintes: (1) quanto às empresas

detalharem as provisões por natureza, (2) quanto à divulgação do valor contábil no início e no fim do período das provisões, (3) quanto ao processo de evidenciação das provisões adicionais feitas no período, incluindo os possíveis aumentos nas provisões existentes e por último (7) quanto à prática de realizarem uma breve descrição da natureza da obrigação. Tais índices se mantiveram durante todo o período analisado.

Para os resultados com menores pontuações destacam-se os itens de divulgação que aborda a (10) divulgação do cronograma de saída das provisões, esse item apresenta baixo nível de evidenciação comparado com a média dos percentuais de divulgação do segmento, que foi de 39,58%, 33,33% e 41,67%, respectivamente para os exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Outro item de divulgação que apresentou baixo nível de evidenciação foi quanto a (11) disponibilização das principais premissas adotados em relação a eventos futuros sobre provisões, no exercício de 2010 observou-se que não houve nenhuma empresa do segmento que tenha o evidenciado, sendo retomada a evidenciação no ano seguinte.

No que diz respeito as maiores percentuais de evidenciação do segmento de mercado Nível I, os itens (1) quanto às empresas detalharem as provisões por natureza, (2) quanto à divulgação do valor contábil no início e no fim do período das provisões e (7) quanto á prática de realizarem uma breve descrição da natureza da obrigação, obtiveram adesão de todas as empresas analisadas, no período de 2009 a 2011.

Para os itens abaixo da média de evidenciação destacam-se a (10) divulgação do cronograma de saída das provisões, e a (8) realização do cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes das provisões, que de acordo com a Tabela 4, não foram evidenciados no ano de 2010 por nenhuma empresa, percebendo no ano de 2011 a sua divulgação por apenas uma companhia.

Além desses pontos, foi observado que a média do nível de evidenciação no período de 2009 foi a mais alta alcançada pelas companhias do Nível I de governança, e que no exercício de 2012 houve uma queda nesse percentual na ordem de 24,00%, para o ano de 2011 foi observado um leve aumento de 13,16%.

Com base na análise da Tabela 4, foi observado que os itens de divulgação (7) quanto a prática de realizarem uma breve descrição da natureza da obrigação e (2) quanto à divulgação do valor contábil no início e no fim do período das provisões apresentaram os maiores níveis de evidenciação das empresas listadas no Nível II.

Entretanto, para os resultados abaixo da média percebeu-se que vários elementos de divulgação não foram citados em nenhum dos exercícios estudados pelas empresas em suas notas explicativas. Além disso, foi observado que apesar do segmento de mercado Nível II possuir os menores índices de divulgação em comparação aos demais níveis de governança, foi percebido um aumento de 30,00% de 2009 a 2010, e de 15,38% de 2010 a 2011 em seu nível de evidenciação.

De acordo com os dados analisados na Tabela 4 o item (7) quanto á prática de realizarem uma breve descrição da natureza da obrigação, obteve representatividade relevante, sendo evidenciado, em média, por 95,00% das empresas composta pelo Novo Mercado, além de 100% pelas empresas que compõem o Nível I e Nível II.

Além desse elemento, foi observado que o item de divulgação de maior ocorrência nos três mercados estudados, foi o item (2) quanto à divulgação do valor contábil no início e no fim do período das provisões, sendo evidenciado, em média, por 95,24% das empresas

composta pelo Novo Mercado, em 100% pelas empresas que compõem o Nível I, e por fim, em 91,67% das empresas listadas no Nível II.

4.2.2 Classe Passivo Contingente

O CPC 25 (2012) determina que quando a existência de um passivo for somente possível, porém a saída de recursos necessária para sua liquidação for considerada provável ou possível, esse passivo deverá ser divulgado como passivo contingente em notas explicativas.

Ressalta-se que a mesma orientação adotada pela classe de provisão é observada para a de passivo contingente, quanto a variação do número da amostra em detrimento das companhias Redentor Energia S.A e a Renova Energia S.A terem integrado na listagem da BM&FBOVESPA, somente no exercício de 2010. Isso permite deduzir que a amostra será composta de 6 (seis) empresas para o Novo Mercado, e de 3 (três) empresas para o Nível II no exercício de 2009, para os demais anos foi considerado 7 (sete) empresas para o Novo Mercado e de (4) companhias para o Nível II.

Tabela 5 – Itens de divulgação exigidos pelo CPC 25 – Classe de Passivo Contingente

Item de Divulgação	Novo Mercado			NI			NII		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
(13)	83,3	71,4	71,4	100	100	85,7	100	75	75
(14)	100	85,7	71,4	85,7	85,7	71,4	33,3	25	25
(15)	83,3	71,4	57,1	14,2	42,8	28,5	66,6	50	50
(16)	0	0	14,2	0	14,2	0	0	25	25
(17)	0	0	0	0	0	0	0	0	25
(18)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(19)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(20)	66,6	71,4	42,8	28,5	42,8	14,2	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

No que diz respeito aos itens de divulgação com maior representatividade de evidenciação para o Novo Mercado, foi observado que os itens (1) Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço, (2) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa, (3) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza, e (8) Evidenciam a possibilidade de qualquer reembolso, apresentaram índices de divulgação acima da média nos três exercícios.

Para os itens abaixo da média de evidenciação destaca-se o elemento (4) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o valor presente, que foi evidenciado por uma única empresa no exercício de 2011.

Segundo os dados levantados, três itens de divulgação não foram citados pelas empresas em suas notas explicativas, com isso pode-se observar que no ano de 2009 e 2010 50,00% dos itens orientados pelo CPC 25 não foram divulgados pelas empresas que compõem o segmento. Entretanto, é possível que em algumas situações a não-divulgação signifique que o evento efetivamente não tenha ocorrido.

A Análise da Tabela 5 revela que os maiores percentuais de evidenciação no segmento de mercado Nível I, foram identificados nos itens (1) Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço, (2) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa apresentaram níveis de evidenciação acima da média, nos exercícios de 2009 a 2011.

Com relação aos itens que apresentaram as menores pontuações destaca-se o item (3) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o risco e incerteza, no exercício de 2009, o item (4) Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme o valor presente, no exercício de 2010, e o item (8) Evidenciam a possibilidade de qualquer reembolso, em 2011.

Diante do exposto, nota-se que no período de 2009 para 2010 observou-se um aumento no nível de evidenciação, na ordem 24,96%, e em seguida, uma redução de 30% no nível de evidenciação alcançados pelas companhias listadas no segmento de mercado Nível II.

Com base na análise da Tabela 5, observa-se que o elemento que apresentou o maior nível de evidenciação foi o item (1) *Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço*, nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, com isso, conclui-se que em média 81,81% das empresas listadas no Nível II evidenciaram esse item de divulgação.

De acordo com os dados analisados na Tabela 4 e 5, o item (2) *Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa*, obteve elevada representatividade no nível de evidenciação das companhias listadas nos três mercados. Esse item foi evidenciado, em média, por 85,00% das empresas composta pelo Novo Mercado, 95,23% das que compõem o Nível I, e 81,81% das listadas no Nível II.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo investigar a evidenciação das principais ocorrências de provisões e contingências nas maiores empresas brasileiras do setor elétrico listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, nos períodos de 2009 a 2011, em observância das orientações de divulgação previstas no CPC 25.

Diante disso, o item de divulgação de maior ocorrência nos três mercados estudados, para a classe de provisão foi o item (7) *Fazem uma breve descrição da natureza da obrigação*, sendo evidenciado, em média, por 95% das empresas composta pelo Novo Mercado, em 100% pelas empresas que compõem o Nível I e Nível II. Para a classe de passivo contingente foi observado que o item (2) *Divulgam a estimativa do passivo contingente e seu efeito financeiro, mensurado conforme a melhor estimativa* obteve evidenciação, em média, considerando os três exercícios, de 85% das empresas composta pelo Novo Mercado, e o item (1) *Fazem uma breve descrição da natureza do passivo contingente na data do balanço*, foi evidenciado, em média por 95,24% das empresas do Nível I, e de 81,82% pelas empresas que compõem o Nível II.

Em outro momento a análise se deu em identificar as empresas com melhor nível de evidenciação. Diante disso, conclui-se que a empresa que obteve índice de maior representatividade foi a companhia Equatorial Energia S.A que em comparação com as demais do mesmo segmento foi observado que a mesma evidenciou em média, nos três períodos abordados, 7,5% a mais que a Light S.A. empresa segunda colocada no ranking da média do nível de evidenciação.

Depois de realizada essa primeira análise, foi observada a diferença de evidenciação entre grupos de Governança Corporativa – Novo Mercado, Nível I e Nível II. Para responder a questão foi realizada a análise comparativa entre os segmentos de mercado, e observado que apesar de possuírem níveis de governança corporativa distintos, as empresas listadas no Novo Mercado e Nível I não apresentaram médias de percentual de evidenciação tão distante uns dos outros, as médias observadas entre Nível I para o Novo Mercado foi da ordem de 18,20%, 11,75% e 12,11%, respectivamente, para os exercícios de 2009, 2010 e 2011. Entretanto a

diferença do segmento de Novo Mercado para o Nível II foi observada relevante representatividade. Na média global dos três anos as empresas listadas no Novo Mercado apresentaram melhor nível de evidenciação com 12,02 itens (60,1%) considerando-se as classes de Provisões e Passivos Contingentes.

Por fim, quanto a observar a evolução de evidenciação no período de 2009 a 2011, notou-se que houve uma queda do percentual médio das companhias listadas no segmento Novo Mercado. Tal queda também foi observada pelas empresas listada no Nível I, entretanto para as companhias listadas no Nível II, observou-se um crescimento no percentual médio de evidenciação na ordem de 13,04% para o período compreendido entre 2010 e 2011.

Como limitação da pesquisa, não foi possível afirmar se as empresas omitiram a divulgação de determinados itens ou não eram aplicáveis. Além disso, observa-se que os itens de divulgação impostos pelo CPC 25 não foram observados sob a ótica da qualidade da informação contábil, sendo assim, os resultados despertam para novas pesquisas, com o intuito de investigar a qualidade da evidenciação da informação contábil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. M.; SIQUEIRA, J. R. M.; MARQUES, J. A. V. C. Análise das informações sociais ampliadas: um estudo no setor elétrico brasileiro. In: X Colóquio Internacional Sobre Poder Local, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006
- ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). **Atlas de Energia Elétrica do Brasil, ANEEL**, Brasília, Brasil. Disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/livro_atlas.pdf, 2002.
- AQUINO, W.; SANTANA, A. C. Evidenciação. **Caderno de Estudos. FIPECAFI**. n. 5. jun. 1992.
- ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. Trabalho de conclusão da disciplina Metodologia de Pesquisa Aplicada a Contabilidade - Departamento de Controladoria e Contabilidade da USP. São Paulo, 1997.
- AZEVEDO, T. C. CRUZ, C. F. Evidenciação das informações de natureza socioambiental divulgadas pelas distribuidoras de energia elétrica que atuam na região nordeste do Brasil e sua relação com indicadores de desempenho empresarial. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 27, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2008.
- BRASIL. **Lei Federal nº 6404**. Brasília: Congresso Nacional, 1976.
- _____. **Lei Federal nº 11.638**. Brasília: Congresso Nacional, 2007.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 25**. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília: 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_25.pdf . Acesso em 02 mai. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº. 1.055, de 07 de outubro de 2005**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1055.doc>. Acesso em: 02 de maio de 2012.
- COSTA, F. M. G.; VOESE, S. B.; ROSA, L. Custos e investimentos ambientais praticados pelas empresas do setor de energia elétrica que participam do ISE Bovespa 2008/2009. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 1, n. 3, 2009.
- DANTAS, J. A. *et al.* A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: XXVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2004, Curitiba-PR. **Anais...ENANPAD**, 2004.
- ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade – IFRS versus normas brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FARIAS, Manoel Raimundo Santana. **Divulgação do passivo**: um enfoque sobre o passivo contingente no setor químico e petroquímico brasileiro. São Paulo: USP, 2004. Dissertação

- (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004.
- MALACRIDA, M. J. C. e YAMAMOTO, M. M. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das suas ações na Bovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, edição comemorativa, p. 65-79, set./2006.
- MOURA, Geovanne Dias de; FRANK, Odir Luiz; VARELA, Patrícia Siqueira. Evidenciação dos Ativos Intangíveis pelas Empresas do Setor de Energia Elétrica Listadas na BM&FBovespa. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 17-32, jan./abr. 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo. Atlas. 2002.
- HENDRIKSEN, Edson S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; *et al.* **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as normas internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.
- IUDÍCIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOPES, Alessandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Balanco Energético Nacional 2012: Ano base 2011 / Empresa de Pesquisa Energética**. – Rio de Janeiro: EPE, p. 51, 2012.
- MURCIA, Fernando Dal-ri. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-16122009-121627/>>. Acesso em: 2012-11-03.
- NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15, 1996, Brasília. **Anais...** Brasília: CFC, 1996.
- OLIVEIRA, Araceli Farias de; BENETTI, Juliana Eliza; VARELA., Patrícia. Siqueira. **Disclosure das Provisões e Dos Passivos e Ativos Contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBovespa**. In: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2011, Vitória/ES. V Congresso AnpCont, 2011.
- OLIVEIRA, M. C. *et al.* **Responsabilidade social corporativa segundo o modelo de Hopkins: um estudo nas empresas do setor energético do nordeste brasileiro**. In: XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 2006, Salvador. **Anais...EnANPAD**, 2006.
- PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. (2004). A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP, n. 36, p. 7-20. set./dez.
- RIBEIRO, Antônio de Cístolo. **Provisões, contingências e normas contábeis: um estudo de gerenciamento de resultados com contencioso legal no Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-17052012-114448/>>. Acesso em: 2012-12-01.